



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

PROFESSORES

Governo e Sinte de volta à negociação

Raimundo Colombo tem audiência hoje com representantes do sindicato

(DC, Geral, p. 32)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 2/6/11



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 2/6/11
Assunto: Governo e Sinte de volta à negociação		Página: 32

PROFESSORES

Governo e Sinte de volta à negociação

Raimundo Colombo tem audiência hoje com representantes do sindicato

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

O governo do Estado recuou da decisão de não negociar mais com professores antes do fim da greve e vai receber, hoje à tarde, os representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte).

No encontro, o governador Raimundo Colombo pode apresentar nova proposta ao Sinte. Pela manhã, uma reunião do grupo gestor – os principais secretários do governo – define o conteúdo do encontro.

O pedido de audiência foi feito ontem pelo comando de greve no Centro Administrativo. A comissão foi recebida pelo secretário da Casa Civil, Antônio Ceron, que confirmou o encontro após falar, por telefone, com o governador, que estava em Brasília. Além de Colombo, devem estar na

“

EDUARDO DESCHAMPS
Secretário-adjunto da Educação

Acredito que teremos alternativas para levar aos representantes do Sinte. Mas tudo será definido amanhã (hoje) de manhã. É preciso aguardar este encontro.

audiência o secretário da Educação, Marco Tebaldi, e seu adjunto da pasta, Eduardo Deschamps.

Na reunião da manhã, o grupo gestor deve repassar ao governador os estudos já feitos, que podem melhorar a proposta apresentada em 23 de maio. Horário e local da audiência da tarde serão definidos neste encontro.

– Acredito que teremos alternativas para levar aos representantes do Sinte. Mas tudo será definido amanhã

(hoje) de manhã. É preciso aguardar este encontro, para não criar expectativas falsas – informou Deschamps.

Caso haja uma nova proposta, ela chega a tempo de ser incluída no planejamento do orçamento de 2012, em fase de definição. Ela também deve alterar o texto da medida provisória (MP), em tramitação na Assembleia Legislativa, que estabelece o pagamento do piso nacional de R\$ 1.187 para quem não recebia esse valor no salário-base – cerca de 35 mil professores (53%) da rede estadual.

A expectativa da coordenadora estadual do Sinte, Alvet Bedin, é receber uma proposta que contemple o pagamento do piso e o repasse do reajuste de acordo com a progressão na carreira. Se houver proposta, será votada em assembleias regionais e uma estadual, que decide pelo fim ou não da greve, que completa, hoje, 16 dias.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Blog do Moacir Pereira	Data: 2/ 6/11
Assunto: Diversos		Página: Online

Reunião do Sinte com Colombo será às 5 da tarde

A reunião do governador Raimundo Colombo com os dirigentes do Sinte para tratar de nova proposta salarial aos professores foi marcada para as 17 horas no Centro Administrativo.

O secretário da Educação, Marco Tebaldi, desembarcou ontem as 23 horas em Florianópolis com o governador, procedente de Brasília, e hoje rumou para o Centro Administrativo onde se reúne com o grupo gestor. Na pauta, a elaboração da nova proposta salarial do governo.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Política	Data: 02/06/11
Assunto: Ministro diz que não há recursos		Página: 10

Ministro diz que não há recursos

Greve do Magistério. Sinte terá nova audiência hoje com o governador Raimundo Colombo para discutir piso da categoria

BRASÍLIA – O governo federal não dará qualquer tipo de ajuda financeira para que Santa Catarina resolva a crise na educação, com a greve dos professores no Estado. A informação é do governador Raimundo Colombo (ex-DEM), que esteve reunido em Brasília, ontem, com o ministro da Educação, Fernando Haddad.

Segundo o governador, o Ministério da Educação negou qualquer ajuda financeira no que se refere ao pagamento do piso salarial dos professores do Estado.

Durante a reunião, o governador pediu ao ministro que interceda junto ao STF (Supremo Tribunal Federal), para agilizar a publicação do acórdão que regulamenta o piso nacional.

“O piso é justo e vamos pagar a todos os professores estaduais, mas precisamos saber dos detalhes da lei para poder atuar com segurança nessa questão, sem colocar o Estado em risco”, afirmou o governador.

Ele disse que para pagar o

piso o Estado precisará de aproximadamente R\$ 20 milhões (a mais) ao mês. “Esse é o máximo que o Estado pode colocar pra cumprir a lei. Mas impõe ao Estado um sacrifício muito grande”, destacou o governador.

Como as dúvidas em relação à regulamentação do piso nacional dos professores têm afetado as negociações, o ministro pediu ao governador que encaminhe um ofício que será entregue por Haddad à presidente Dilma Rousseff, para que ela possa intervir junto ao Supremo.

A coordenadora do Sinte, Alveté Bendin, disse que haverá uma nova audiência hoje com o governo. A categoria, que continua em greve, espera que seja apresentado uma nova proposta que contemple o piso. Do contrário, os professores devem continuar com os braços cruzados.

Retorno às aulas. Após a conversa com o ministro, o governador Raimundo Colombo reiterou o pedido aos professores para que voltem às aulas e que o governo está aberto ao diálogo



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 2/6/11
Assunto: Governo e Sinte de volta à negociação		Página: 32



Encontro com Haddad (à esq.) não rendeu o que o governador esperava

Sem recursos de Brasília

DANIELA CASTRO

Brasília

Em busca de socorro financeiro para encerrar a greve do magistério, o governador Raimundo Colombo ouviu um não, ontem, do ministro da Educação, Fernando Haddad.

Durante audiência em Brasília, Colombo pediu aporte de recursos para que o governo estadual pudesse estender o reajuste do piso aos professores que já ganhavam salário-base superior aos R\$ 1.187.

Haddad afirmou que o ministério só pode socorrer os Estados que não conseguirem pagar o valor previsto em lei. O governo de Santa Catarina tem caixa para pagar o piso estabelecido pela lei, porém, enfrenta dificuldades para conceder um reajuste maior para os professores com espe-

cialização e mais tempo de profissão.

– Ficou claro que não tem como avançar. Os professores querem a progressão integral da tabela, o que daria R\$ 110 milhões por mês. Isso é impossível – disse o governador.

Presente à reunião a ministra da Pesca, Ideli Salvati, afirmou que Haddad se comprometeu a pedir à presidente Dilma Rousseff que interceda junto ao Supremo Tribunal Federal para agilizar a publicação do acórdão que detalha os mecanismos do piso.

Professora aposentada, a ministra revelou que, se estivesse em sala de aula, receberia o piso da categoria, que acabou achatando os salários mais altos no Estado.

– Pensaram no piso, mas não se lembraram do teto – comentou Ideli.

daniela.castro@gruporbs.com.br



Partilha do Fundeb será esclarecida

Também foi abordada pela comitiva catarinense a questão da partilha dos recursos do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação Básica e Valorização dos Professores da Educação). “Sempre que surgem dúvidas, temos feito parceria com o Tesouro Nacional no intuito de esclarecimento e de adequação às normas nacionais”, explicou o ministro Fernando Haddad.

O governador Raimundo Colombo e o secretário de Educação, Marco Tebaldi, também encaminharam projetos para a construção de 20 novas escolas de ensino médio no Estado, por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação e do Programa de Ações Articuladas para a Educação. O ministro Fernando Haddad se comprometeu a viabilizar as novas escolas catarinenses.

“
Nenhum professor de Santa Catarina ganhará menos que o piso.
”

RAIMUNDO COLOMBO,
GOVERNADOR

Ministra Ideli participa de audiência e defende diálogo com a categoria

A ministra da Pesca, Ideli Salvatti (PT), que foi presidente do Sinte no Estado, também participou da audiência do governador Raimundo Colombo com o ministro da Educação Fernando Haddad. Segundo ela, durante o encontro, o governo catarinense deixou claro para Haddad que a greve não acabará se o Estado não atender a reivindicação dos professores.

Ideli Salvatti destacou ainda que a Medida Provisória que o governo do Estado enviou à Assembleia Legislativa achata o salário dos professores de forma inaceitável, liquida a carreira do magistério e cria outro desestímulo: professores com pós-graduação e doutorado poderão receber até menos que professores com licenciatura em Santa Catarina.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN. Estado	Data: 02/06/11
Assunto: Estado apresenta nova proposta hoje		Página: 14

Greve do magistério Estado apresenta nova proposta hoje

**Governador recua e
recebe professores
hoje para mais uma
rodada de negociações**

FLORIANÓPOLIS

O governo do Estado recuou da decisão de não negociar mais com professores enquanto a greve não terminasse e resolveu conceder audiência aos representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte). No encontro, o governador Raimundo Colombo pode apresentar uma nova proposta a representantes do Sinte.

Pela manhã, haverá uma reu-

nião do grupo gestor para definir o conteúdo do encontro com os professores.

Ontem à tarde, uma comissão formada por professores e membros do Sinte foi até o Centro Administrativo para sugerir uma nova negociação. A comissão foi recebida pelo secretário da Casa Civil, Antônio Ceron, que depois de falar com o governador, que está Brasília, confirmou a reunião e anunciou que uma nova proposta será apresentada.

Na Capital Federal, Colombo participou de audiência com o ministro da Educação, Fernando Haddad, com quem discutiu o pagamento do piso nacional da categoria em SC e pediu ajuda financeira, que foi negada.

Mesmo que agrade a catego-

ria, a proposta do governo não acaba de imediato com a greve dos professores, que começou no dia 18 de maio. Segundo o secretário de assuntos jurídicos do Sinte, Aldoir José Kraemer, a proposta será levada para assembleias regionais e depois será votada em um encontro estadual, como a que ocorreu no dia 11, que decidiu pela paralisação.

Os professores destacam que só aceitarão uma proposta em que o pagamento do piso nacional da categoria, de R\$ 1.187,97, seja pago como salário inicial, com os abonos e benefícios já conquistados adicionados ao valor. A última proposta do governo sugeria o piso incorporando estes valores ao salário. Mas não foi aceita pela categoria.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 2/ 6/11
Assunto: Diversos		Página: 3

A negociação real

Há duas atitudes que não devem ser tomadas, hoje, durante a audiência do governador Raimundo Colombo com os dirigentes da Sinte: 1. O governo insistir na Medida Provisória 188, que está parada na Assembleia Legislativa, e pedir aos professores que “voltem às aulas”; 2. Os professores fixarem uma tese radical, exigindo o piso integral sobre toda a carreira do magistério, com pagamento único. Seriam duas posições extremadas que liquidariam com a conversa no início. Negociação, aqui, significa entendimento, aliança, conciliação, ajuste, conversação – não imposição, como ocorrido até agora.

A audiência que o governador manteve em Brasília com o ministro Fernando Haddad não acrescentou um só real no caixa do Tesouro para permitir maior elasticidade na proposta do governo. Ao contrário, o ministro afirmou, com todas as letras, que Santa Catarina não está enquadrada entre os estados que podem receber recursos do Fundeb. E isto as autoridades educacionais já deviam saber há muito tempo. A reunião no MEC teve uma proposta prática da ministra Ideli Salvatti. Recomendou ato do secretário do Tesouro Nacional para determinar que os recursos do Fundeb fosse destinados exclusivamente para a educação, sem computá-los na arrecadação global do Estado para efeito de repartição entre os poderes. Esta posição vem sendo defendida pelo governador Colombo e, de forma corajosa, pelo presidente da Assembleia, Gelson Merisio. Realmente, não faz sentido a distribuição de verbas da educação para outros poderes.

GREVE HISTÓRICA

Esta greve está fazendo história por vários ângulos, e acabou surpreendendo o novo governo na arrancada, produzindo barbeiragens antes mesmo de ser deflagrada. Em primeiro lugar, ao contrário das anteriores, não é uma mobilização comandada por partidos de esquerda, PT, PSOL, PSTU ou PC do B. Esta é uma greve do magistério catarinense. E os dirigentes do Sinte estão agindo com serenidade, competência e bom senso. Conversam com todos os deputados, autoridades e partidos. Em segundo, justamente por faltar negociação real e informação atualizada, o governo fez outra aposta errada. Baixou a medida provisória do piso, apesar da total rejeição do Sinte, na tentativa de esvaziar o movimento pela adesão dos professores ACTs e dos menores níveis salariais. Deu-se mal. Como os ACTs querem mesmo é o concurso para ingresso na carreira e ali, realizando sua vocação, melhorar, no futuro, de nível e de salários, a resposta foi negativa. A medida teve efeito bumerangue. A reação veio oxigenada pelos professores mais experientes e com melhor qualificação acadêmica. Eles estão indignados porque a medida provisória implode a carreira. Faz estrago muito maior, segundo revelou a ministra Ideli Salvatti na audiência do ministro Haddad com Colombo: “Professores com licenciatura, de nível médio, poderão ter salário maior do que docente com pós-graduação!”. Fruto do brutal achatamento e da gratificação por regência de classe. Ai, quem vai querer se especializar, frequentar mestrado e doutorado, investir suas economias para melhorar conhecimentos e depois distribuí-los com seus alunos?

As manifestações, desabaços, depoimentos e testemunhos de professores, disparados de todas as regiões de Santa Catarina, refletem justamente esta reação pela implosão da carreira do magistério. É considerada por todos uma conquista histórica, também sofrida depois de uma longa greve, no final do primeiro governo Esperidião Amin, em 1986. De parte do Sinte, também há expectativa favorável, até pela condução do processo até agora. O piso salarial está contemplado na medida provisória. Um grande avanço para metade do magistério. Falta recuperar a hierarquia e os valores da carreira para manter incentivos aos professores.

A chave de um bom acordo está nesta fórmula.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Informe Político - Roberto Azevedo	Data:2/6/11
Assunto: Disposto a ajudar/Preocupada/Pista escorregadia		Página: 9

Disposto a ajudar

A decisão do ministro Fernando Haddad, da Educação, em fazer uma normativa federal da pasta para que o Tesouro Nacional impeça que os estados utilizem os valores do Fundeb para efeitos de cálculos do duodécimo aos poderes foi o ponto alto da audiência com o governador Raimundo Colombo. Haddad fez a sua parte ao atender uma sugestão da ministra Ideli Salvatti (Pesca e Aquicultura), ao pagar das luzes do encontro. Ideli estava investida de defensora dos interesses dos professores da rede pública estadual em greve e afirmava que revivia, naquele momento, seus tempos de sindicalista.

Com a medida, Colombo pode argumentar pela retenção de cerca de R\$ 300 milhões repassados ao Legislativo e ao Judiciário, e, em menor proporção, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público.

A questão que se instala, agora, é quando isso será possível, pois o atual valor consta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada no ano passado pela Assembleia. O truque contábil também é praticado por outros cinco estados.

Haddad foi claro à comitiva catarinense na afirmação de que não poderia disponibilizar recursos para auxiliar no pagamento do piso nacional do magistério público. Esta prerrogativa vale apenas para as 11 unidades da federação que não possuem recursos para honrar o que determina a lei federal.

Se Colombo saiu satisfeito com o movimento do ministro, pediu ajuda para que o acórdão do Supremo Tribunal Federal que derrubou a pretensão dos estados que questionavam a constitucionalidade da norma seja publicado. Haddad garantiu que irá levar a solicitação à presidente Dilma Rousseff, depois que o Estado de Santa Catarina oficializar o pedido em uma correspondência. O movimento da peça no tabuleiro da negociação foi dado, mas o grande momento ainda está por vir.

Preocupada

Ideli Salvatti não acredita no fim da greve se o governo não fizer a progressão integral da tabela salarial dos professores. Lembra que a distorção atual faz com que professores com apenas o ensino médio ganhem 40% de regência de sala, enquanto os com graduação superior e até pós-graduação percebem 25% de regência sobre os mesmos R\$ 1.187,00 de salário.

Colombo reiterou, à saída do encontro com Fernando Haddad, que não tem como negociar a progressão, que significaria R\$ 110 milhões a mais na folha de pagamento e inviabilizaria o Estado. O impasse prossegue.

Pista escorregadia

Para o líder do PT na Assembleia, deputado Dirceu Dresch, a disposição de Raimundo Colombo de buscar recursos para a educação deveria passar por uma olhada no Fundo Social.

Segundo Dresch, no fundo garantiria fácil R\$ 70 milhões para a área. Na trincheira da oposição, o deputado Sargento Amauri Soares (PDT) quer que o Ministério Público analise a constitucionalidade da medida provisória que o centro administrativo enviou à Assembleia para pagar o piso nacional do magistério. Adverte que deveria ter sido por lei complementar, por alterar duas leis e ferir dois artigos da Constituição Estadual.



IDELI SALVATTI,
ministra da Pesca e
Aquicultura, ao se apresentar
ao colega Fernando Haddad na
audiência com o governador
Raimundo Colombo.

*“Estou aqui na
condição de
professora aposentada
da rede estadual e
não como ministra.”*



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 02/06/11
Assunto: E agora?		Página: 02

E agora?

Enquanto o governador Raimundo Colombo e comitiva conversavam com o ministro da Educação Fernando Haddad, a ministra Ideli Salvatti entrou no gabinete apresentando-se como líder sindical. Acompanhou a conversa e se meteu criando certos embaraços quando o assunto girou em torno dos recursos do Fundeb. O

Procurador-geral Nelson Serpa explicou como é feito o cálculo que é utilizado por mais seis Estados. Ou seja, recursos do Fundeb, que são para atender exclusivamente a educação, estão sendo repassados aos Poderes. O ministro Haddad respaldado pela ministra Ideli, considerou um erro e cobrou. O governador Colombo inclusive destacou que o Fundeb, saindo da conta única, sobriaria cerca de R\$ 300 milhões, exatamente o dinheiro



que foi buscar no Ministério e não conseguiu porque, segundo Haddad, o Estado tem condições de honrar com os pagamentos da Educação, diferente de outros 11 estados que necessitam de apoio financeiro. E daí o que ficou resolvido? O governador Colombo gostaria que fosse diferente. Não foi por questões técnicas, enquanto a ministra Ideli Salvatti atirou, dizendo que o Ministério da Educação vai resolver

o problema político e financeiro que o governador não resolveu evitando desgastes com os Poderes. Ou seja, o ministro Haddad irá à Secretaria do Tesouro Nacional para solucionar o problema do Fundeb. Sobre o acórdão a expectativa é de que a presidente Dilma Rousseff intervenha para acelerar a publicação. O dinheiro que o governo deseja não conseguiu, mas tem caminhos para encontrá-lo.

CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 02/06/11
Assunto: Audiência		Página: 02

Audiência

O governador Raimundo Colombo, não se pode negar, desde o início da greve se coloca à disposição para o diálogo. Pede que a categoria volte às aulas para poder construir uma negociação que atenda ambas as partes. O comando de greve esteve ontem no Centro Administrativo solicitando uma audiência que deverá ocorrer entre hoje e amanhã. A expectativa é de que recuem e seja iniciado a partir daí um processo que defina um Plano de Cargos e Salários que por sinal está sendo abalroado pela Medida Provisória, que tramita na Assembleia.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 02/06/11
Assunto: Interpretação		Página: 02



INTERPRETAÇÃO

Partiu do leitor José Afonso Brito algumas ponderações sobre o Fundeb, que segundo divulgamos acabam abastecendo os repasses aos Poderes em vez de atender os professores, como é determinado por lei.

- **Em nenhum momento, o Executivo passou dinheiro carimbado do Fundeb como duodécimo aos Poderes.**
- **A receita do Fundeb integra a base da Receita Líquida Disponível, que é a base para mensuração dos valores que serão partilhados, contudo no momento do envio o recurso é ordinário e não o vinculado ao fundo da educação.**
- **Uma portaria do Ministério da Educação que resolverá o caso, se há a intenção de retirar o Fundeb da base de cálculo de repartição aos demais Poderes, basta uma emenda do Executivo suprimindo tal receita do conceito de Receita Líquida Disponível estabelecida na LDO.**
- **Esta medida suprime recursos de grande monta do orçamento dos Poderes. Retirar o Fundeb da Conta Única servirá apenas para o Executivo e a Educação perderem a rentabilidade obtida com a aplicação conjunta dos valores.**



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Política	Data: 02/06/11
Assunto: MP dos Professores		Página: 11

ASSEMBLEIA

MP dos Professores

O andamento da Medida Provisória que fixa o valor dos salários do magistério estadual depende de um sinal do Centro Administrativo. A MP que fixa a tabela de vencimentos entrou na Assembleia há uma semana está no gabinete do líder do governo, deputado Elizeu Matos. O Pedido para retirada do projeto tem apoio da bancada de oposição e de alguns deputados da base do governo. O líder da bancada do PMDB, Manoel Mota, disse que a tramitação depende do que for decidido pelo governador em Brasília onde ele esteve em audiência com o ministro da Educação.

CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editorial: AN. Portal	Data: 02/06/11
Assunto: A distância		Página: 02

A distância

Pelo "Cidade em Dados" divulgado ontem, o ensino superior está crescendo mais na modalidade a distância do que no presencial. Em 2009, eram 25,4 mil matriculados no presencial. No ano passado, caiu para 25,1 mil. A distância, passou de 3,3 mil para 3,8 mil. O estudo é produzido pelo Ippuj e estará na internet hoje – www.ippuj.sc.gov.br.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Claudio Prisco	Data: 02/06/11
Assunto: Saída para a greve		Página: 24

SAÍDA PARA A GREVE

A ministra Ideli Salvatti (Pesca) matou ontem as saudades do seu tempo de líder sindical marcando presença na audiência do ministro Fernando Haddad (Educação) com o governador e comitiva de SC. Partiu dela a sugestão de recorrer ao secretário nacional do Tesouro, Arno Augustin Filho, para que a União ofereça instrumento legal, desvinculando os demais poderes do Estado dos recursos do Fundeb.

Como SC não se enquadra entre os Estados que poderiam ser socorridos pelo governo federal para o pagamento do piso dos professores, a ajuda viria por via transversa, tirando dos ombros de Raimundo Colombo a iniciativa de reduzir a base de repasse (duodécimo) da Assembleia, Ministério Público e tribunais de Justiça e Contas.

Com os recursos que não fossem transferidos para os poderes (estima-se em R\$ 300 milhões), o Executivo teria condições de atender às reivindicações do magistério em torno da carreira, impedindo o achatamento da categoria. Solucionado o problema da tabela, os professores retornariam ao trabalho, colocando ponto final na greve.

CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Claudio Prisco	Data: 02/06/11
Assunto: Estranho		Página: 24

Estranho

Ao final do encontro com o ministro da Educação, o procurador-geral do Estado, Nelson Serpa, deixou escapar que o governo de SC examina a possibilidade de ingressar com embargos declaratórios contra a decisão do STF sobre o piso. Afinal, a intenção da administração é buscar uma solução aos professores ou radicalizar?



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Você. Leitor	Data: 02/06/11
Assunto: Por causa da greve		Página: 36

Por causa da greve



MARY BASTIAN,
escritora
marybastian_biblio@hotmail.com

Nos anos 1960, professoras eram proibidas de entrar em greve e, se não me engano, servidores públicos também. Então ninguém podia abrir a boca e reclamar dos seus direitos surrupiados, e só os centros de professores dialogavam com o governo. Eu era, nesta época, professora do Estado, e a coisa era pra valer.

Lembro de uma vez que ficamos de plantão nas escolas e os alunos em casa, porque não se podia fazer greve nas ruas nem ficar em casa e ainda não estávamos na ditadura militar.

Então, ouvíamos as notícias pela diretora da escola e passávamos o horário trocando receitas e fazendo tricô. Tudo muito pouco produtivo e bem diferente de agora, quando a gente diz o que quer e eles fazem o que a gente não quer.

Falo isto para dizer que na aula de cerâmica também estão em greve. Faz três semanas que não temos aula, e, para algumas como eu, é a única distração que sobra, pois deixei de ir ao Sesc, uma vez que estava no grupo de dancinhas sênior, mas não posso mais dançar.

Fazer o que, então? Não tive muito entusiasmo para entrar em outro grupo. Mas... problema meu, né?

Mas como não fui só eu quem sentiu falta dos encontros, ontem, Eleana nos convidou pra almoçar no "chalé" dela, lá no Country Club! Claro que fomos todas. Desde a Isolde, que é a mais quietinha, até a Carmem, que nos fez rir à beça.

Foi um dia diferente, num lugar diferente, lindo, cuidado e cheio de pássaros, pardais e canarinhos-da-terra, que vieram fazer uma refeição de migalhas, bem pertinho de nós, no jardim, enquanto apreciávamos os cavalheiros jogando golfe do outro lado de um riachinho.

Mas o que quero dizer é que para alguma coisa valeu esta greve: nos juntamos fora de aula, antes do Natal, que é a época em que costumamos nos reunir, nos divertimos e demos muita risada. A comida feita pelo Nene estava ótima; o café com tortas feitas pela filha da Eleana, uma delícia; e voltamos para casa ao entardecer de um dia esplêndido, em que pensamos em tudo, menos em problemas.

Assim que voltarmos às aulas, vamos mostrar os trabalhos que fizemos em casa, e rezar para os fornos da Casa da Cultura funcionarem a todo vapor, para antes do Natal as peças estarem prontas.

Se não, entramos em greve outra vez!



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN. Joinville	Data: 02/06/11
Assunto: Pais reformam escola estadual		Página: 06

Pais reformam escola estadual

Para desinterditar prédio, eles fizeram obras que Vigilância Sanitária exigiu

A Escola Estadual Francisco Eberhardt, em Pirabeiraba, foi desinterditada na terça-feira pela Vigilância Sanitária de Joinville por causa de uma reforma promovida por pais de alunos. Durante as manhãs de sábado e todas as segundas e terças-feiras, cerca de 15 pais trabalharam em um mutirão, organizado pela Associação de Pais e Professores (APP), para fazer os reparos necessários.

Marinês Longo Campanha, mãe de uma aluna de 16 anos, participou do mutirão. “Os banheiros foram desentupidos e

também substituímos assentos e portas que estavam quebrados”, conta. “O material foi comprado com dinheiro doado pelos pais e alguma coisa a gente conseguiu reaproveitar”, diz. Os pais também providenciaram a pintura de muros e o conserto de uma cerca.

Mas, segundo a fiscal da Vigilância Sanitária Lia Abreu, a reforma foi apenas paliativa e não está descartada a possibilidade de novas interdições. “Se chover, é provável que a escola seja novamente interditada”, afirma, referindo-se aos problemas de infiltração. “E como a tubulação de esgoto precisa ser redimensionada, com o uso a tendência é de que os entupimentos voltem a acontecer.”

Por isso, ela destaca a importância do governo do Estado fazer uma reforma geral. “Em 2007, a escola passou por uma reforma

que custou cerca de R\$ 150 mil, mas depois já foi interditada pelos mesmos problemas”, afirma Lia.

Segundo Marinês, os pais estão cansados de esperar providências do Estado e, por isso, no sábado, eles devem voltar à escola para fazer obras no telhado e, assim, resolver o problema das goteiras para evitar uma nova interdição. “No momento, os alunos não estão tendo aula por causa da greve, mas queremos que eles possam voltar para a escola”, diz a mãe. Desde o começo de maio, os alunos estão estudando na Univille.

A gerência de infraestrutura da Secretaria Regional de Desenvolvimento, por causa da demora na nomeação dos cargos da SDR, só agora está fazendo levantamento para abrir licitação e contratar uma empresa para fazer a reforma desta e de outras escolas.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 2/6/11
Assunto: Escola reaberta pelos pais		Página: 33

EDUCAÇÃO

Escola reaberta pelos pais

Grupo passou três dias reformando colégio interditado pela Vigilância Sanitária no Norte do Estado

pais

MARIANA PEREIRA

Joinville

A escola estadual Francisco Eberhardt, no distrito de Pirabeiraba, foi liberada terça-feira pela Vigilância Sanitária graças a uma reforma feita pelos pais dos alunos desde o sábado.

Marinês Campanha, mãe de uma aluna, conta que os sanitários foram os principais alvos da reforma.

– Os banheiros foram desentupidos e também substituímos assentos e portas quebrados – diz a mãe.

O material foi comprado com dinheiro dos pais, que pintaram muros, consertaram uma cerca e reaproveitaram materiais. Sábado, eles planejam eliminar goteiras.

Segundo a fiscal da Vigilância Sa-

nitária Lia Abreu, a reforma foi apenas paliativa, e não estão descartadas novas interdições. Ela questiona a eficácia da reforma feita em 2007 pelo governo por R\$ 150 mil e que não resolveu os problemas.

– Cadê o Tribunal de Contas e o Ministério Público que não investigam essas reformas? – questiona.

Marinês concorda.

– Não foi reforma geral (em 2007), porque não solucionou os problemas – interpreta.

Segundo a gerência de infraestrutura da Secretaria de Desenvolvimento Regional, devido à demora para nomeação dos cargos neste novo governo, só agora a secretaria está fazendo um levantamento das necessidades para licitar as reformas.

mariana.pereira@an.com.br



Consertos nos sanitários estão entre os trabalhos feitos por Marinês



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Visor	Data: 2/6/11
Assunto: (Sem título)		Página: 3

✓ Alguém sabe explicar o motivo do silêncio do secretário de Estado da Educação Marco Tebaldi nos últimos dias?

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Visor	Data: 2/6/11
Assunto: Professores acalma crianças em tiroteio		Página: 29

MÉXICO

Professora acalma crianças em tiroteio

Uma professora do México foi homenageada depois que um vídeo postado no YouTube a mostrou acalmado alunos de cinco e seis anos durante um tiroteio do lado de fora da escola em Monterrey.

Martha Rivera Alanis orientou todas as crianças a deitarem no chão da sala antes de acalmá-las cantando em coro uma música do programa televisivo *Barney & Amigos*. As imagens foram feitas pela própria professora, que contou que estava com muito medo, apesar de atender as crianças, do que estava acontecendo do lado de fora.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 2/6/11
Assunto: MEC reduz 10,9 mil vagas em Direito		Página: 32

EDUCAÇÃO

MEC reduz 10,9 mil vagas em Direito

O Ministério da Educação (MEC) vai reduzir 10.912 vagas do bacharelado em Direito de 136 cursos de instituições privadas de todo o país que obtiveram baixos índices nas últimas avaliações. A lista das instituições deve ser publicada hoje no *Diário Oficial da União*. O MEC também autorizou criar 4.214 vagas de graduação em 33 cursos.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 2/6/11
Assunto: Mulher centenária retorna à escola		Página: 32

PERSEVERANÇA

Mulher centenária retorna à escola

Em Londrina (PR), uma senhora de cem anos de idade é o destaque do curso noturno de alfabetização de jovens e adultos da Escola Municipal Moacyr Camargo Martins. A mineira Isolina Mendes Campos decidiu aprender a ler e a escrever. Em 1998, ela tinha começado a estudar, mas acabou abandonando o curso por problemas de saúde.

Clipping

CNTE

Professores 'faltam' à reunião

- ✦ Data: 02/06/2011
- ✦ Veículo: DIÁRIO DE CUIABÁ - MT
- ✦ Editoria: CIDADES
- ✦ Jornalista(s): CAROLINA HOLLAND
- ✦ Assunto principal: OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

CAROLINA HOLLAND

O Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep) recusou-se a participar de reunião com a Secretaria de Educação (Seduc) e outras do governo para instaurar o grupo de trabalho integrado Governo/Sintep, com o objetivo de analisar receitas e despesas do Estado para tentar ampliar reajuste salarial da categoria. Profissionais entram em greve a partir da próxima segunda-feira, por tempo indeterminado.

No núcleo sistêmico do governo, estão incluídas as secretarias de Planejamento, Fazenda, Administração e Auditoria Geral do Estado. O Sintep enviou ofício à Seduc informando que não vai participar do grupo de trabalho. O presidente do Sindicato, Gilmar Ferreira Soares, disse que a proposta feita pelo governo, que inclui aumento salarial gradual até atingir, em abril do próximo ano, o pretendido pela categoria (R\$ 1.312), e a criação do grupo de trabalho, foi rejeitada pela categoria. "O Sintep só vai comparecer a audiências de negociação salarial", afirmou.

A Assembleia Legislativa aprovou na última semana aumento de 10% no salário dos professores, mas o sindicato criticou o envio da proposta para votação. Mato Grosso tem hoje 30 mil profissionais da Educação em 730 escolas, sendo 17 mil professores. Os docentes afirmam que não vão voltar ao trabalho enquanto o aumento do piso salarial não foi implantado. O Estado alega que não tem recursos para atender a reivindicação da categoria.

A assessoria de imprensa da Seduc informou que a reunião do grupo de trabalho foi remarcada para hoje.

Clipping

CNTE

Aulas devem ser retomadas após ilegalidade de greve

• Data: 02/06/2011
• Veículo: O NORTE - PB
• Editoria: DIA-A-DIA
• Assunto principal: OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Professores vão fazer assembleia hoje para discutir decreto da Justiça, que considerou a paralisação ilegal

Luiz Carlos Lima // luizlima.pb@dabr.com.br

Após 30 dias de paralisação, protestos e negociações emperradas, a Justiça paraibana decretou, ontem, a ilegalidade da greve dos professores da rede estadual de ensino. A sentença assinada pelo desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira decreta que os profissionais devem retornar às atividades em um período máximo de 72 horas - a contar de ontem - sob pena de multa diária de R\$20 mil para o Sindicato dos Trabalhadores de em Educação da Paraíba (Sintep-PB). Na mesma sentença, o desembargador também decide que o governo estadual só poderá cortar o ponto dos professores após o período de 72 horas, fato que já foi realizado pelo governo com descontos nos contracheques do mês de abril.

Nesta quarta-feira, paralisação de professores do estado completou um mês. Foto: Alessandro Assunção/ON/D.A Press

Na justificativa do desembargador, a merenda escolar e o impacto das reposições de aulas no calendário escolar foram cruciais para decretar a ilegalidade do movimento. No texto da sentença, o desembargador diz que a merenda escolar é uma refeição substancial, a qual os alunos não podem estar privados. O prejuízo no calendário regular de aulas também foi determinante, já que os 30 dias de paralisação deverão ser repostos ao logo do ano.

Ainda na tarde de ontem, o Sintep-PB foi notificado da greve e marcou a decisão sobre o fim da paralisação para hoje. Os representantes do sindicato reuniram-se ontem e a decisão será levada para a assembleia geral da categoria na tarde de hoje. "A tendência é que a gente volte depois dessa decisão", revela Antônio Arruda, presidente do Sintep-PB.

O sindicato também acionará hoje a justiça para reaver o dinheiro descontado nos contracheques referente ao mês de abril. Os descontos em virtude dos dias não trabalhados na greve chegaram a R\$1 mil. A Secretaria de Educação do Estado espera o retorno imediato dos professores e sobre as negociações de reembolso dos descontos no salário mantém a posição de só abrir as negociações após o retorno às aulas.

A greve que se arrasta há um mês tinha o pagamento do piso salarial como o principal ponto de discórdia entre Sintep-PB e governo estadual. Na discussão, o

Estado garante que cumpre a Lei do Piso e o paga com acréscimo de 30%, somando R\$1.156.

Deste valor, o salário base seria de R\$926 mais uma bolsa desempenho no valor de R\$230, cujo somatório ultrapassaria o valor do piso. A categoria discorda da conta do governo e reivindica o pagamento integral do piso sem a incorporação de gratificações como a Especial de Atividades Pedagógicas, defende o sindicato.

Clipping

CNTE

01/06/2011 - Ministra propõe mudanças na educação para reduzir desigualdade racial

- ✦ Data: 01/06/2011
- ✦ Veículo: ALÔ BRASÍLIA ONLINE - DF
- ✦ Editoria: POLÍTICA
- ✦ Assunto principal: OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

01/06/2011 16h34

A ministra da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Luiza Helena de Bairros, apresentou há pouco 50 sugestões de mudanças à proposta do governo que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE - PL 8035/10). Em geral, as sugestões visam a garantir o fim das desigualdades raciais no setor.

Entre as medidas solicitadas, estão: estabelecimento da igualdade racial como um princípio do PNE; geração de indicadores para avaliação dos impactos da educação na desigualdade racial; e prioridade no atendimento dos grupos étnicos excluídos nas políticas de ensino profissionalizante. "Essa é uma ação muito importante para inclusão de setores da população em postos mais valorizados do mercado de trabalho", disse.

A secretária participa de audiência pública da comissão especial destinada a analisar o PL 8035/10.

Agência Câmara de Notícias

Clipping

CNTE

Eleição direta para os reitores de universidades públicas vai ao Senado

✧ Data: 02/06/2011
✧ Veículo: JORNAL DA CÂMARA - DF
✧ Editoria: VOTAÇÃO
✧ Assunto principal: ENSINO SUPERIOR
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou ontem proposta que estabelece a eleição direta para escolha de reitores, vice-reitores e diretores das instituições públicas de educação superior.

Conforme a proposta, participarão da votação professores, alunos e servidores técnico-administrativos, nos termos do disposto em seus estatutos e regimentos. O texto, que tramitou em caráter conclusivo, retorna para o Senado, por ter sido alterado na Câmara.

A proposta também determina que o órgão colegiado deliberativo superior das instituições públicas de educação superior será formado de forma democrática, com dois terços dos assentos ocupados por membros da comunidade acadêmica e um terço por representantes da sociedade civil local e regional.

Em cada um dos demais órgãos colegiados e comissões, os professores ocuparão 70% dos respectivos assentos, inclusive nos que tratarem de elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

O texto aprovado foi o substitutivo da Comissão de Educação e Cultura aos projetos de Lei 4646/04, do Senado, e 3674/04, da deputada Alice Portugal (PCdoB-BA). As propostas modificam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

De acordo com a Lei 9.192/95, cabe ao presidente da República indicar os reitores das universidades federais, a partir de uma lista de três nomes apresentada pelos respectivos conselhos universitários. Quanto aos órgãos colegiados máximos das universidades, são compostos apenas pela comunidade acadêmica, conforme a LDB.

O relator da proposta foi o deputado Maurício Quintella Lessa (PR-AL), que apresentou parecer favorável. A análise da CCJ se limitou aos aspectos de admissibilidade (constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa).

Clipping

CNTE

MEC propõe lei para regulamentar livro didático

- ✧ Data: 02/06/2011
- ✧ Veículo: CORREIO DO ESTADO - MS
- ✧ Editoria:
- ✧ Assunto principal: ENSINO SUPERIOR
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte A - A +

LAÍS CAMARGO 02/06/2011 05h00

O ensino da linguagem popular escrita e possíveis inclinações pelo governo Lula foram ponto de partida para que o ministro da educação, Fernando Haddad, propusesse uma lei para regulamentar o livro didático. Assim que aprovada pelo Congresso Nacional, passa a valer.

"Talvez seja a hora de se institucionalizar o programa por lei, depois de 20 anos de sua adoção, para que compreendamos o que a sociedade quer. O lugar adequado para isso é o Congresso Nacional. Nós estamos abertos. Se formos fazer alguma pequena mudança, pode ser por decreto. Se for uma mudança estrutural, toda a sociedade vai poder se manifestar", disse Haddad.

Durante a reunião, senadores de oposição apresentaram exemplos de referências elogiosas ao governo Lula nos livros didáticos. Os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso foram comparados desfavoravelmente ao seu antecessor, segundo os senadores.

Haddad disse que não leu esses livros, mas defendeu o método utilizado pelo governo para a seleção das obras didáticas, reconhecendo que podem ser feitos aperfeiçoamentos à regra atual de seleção. Ele explicou que a escolha dos livros tem início por meio da publicação de um edital convidando autores e editoras a apresentar suas obras, que são analisadas por 192 comissões de especialistas indicados por universidades federais.

Os senadores também criticaram o suposto estímulo, pelo livro Por uma Vida Melhor, à utilização de erros de concordância derivados da língua popular. Fernando Haddad rebateu as críticas afirmando ter recebido "dezenas de manifestações" favoráveis à obra, enviadas por professores e entidades como a Associação Brasileira de Linguística.

Clipping

CNTE

Especialista pede adoção de metas mais curtas no 2º PNE

✧ Data: 02/06/2011
✧ Veículo: JORNAL DO SENADO-DF
✧ Editoria: EDUCAÇÃO
✧ Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
 ENSINO MÉDIO
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Em defesa de sua sugestão, professor lembra, em debate na CE, que o Brasil forma 30 mil engenheiros por ano, contra 80 mil na Coreia do Sul e 400 mil na China

Carlos Sanches (E), Timothy Ireland, Cristovam Buarque, Mozart Ramos, Carmen Gatto e Maria Cecília Motta debatem PNE

O 2º Plano Nacional de Educação (PNE), que vai vigorar de 2011 a 2020, deveria ter metas anuais ou bianuais, e não apenas para toda a década, como consta do projeto do governo que está sendo analisado pela Câmara dos Deputados. A sugestão foi feita ontem pelo professor Mozart Neves Ramos, representante do movimento Todos pela Educação na quarta audiência pública sobre o PNE, promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O tema da audiência foi "O ensino fundamental, a educação integral e a educação de jovens e adultos".

- Não adianta termos apenas metas para 2020, pois até hoje o Ministério da Educação não fez uma avaliação do primeiro Plano Nacional de Educação. Não podemos deixar tudo para o final - recomendou Mozart, lembrando que, segundo reportagem do jornal Folha de S.Paulo, apenas um terço das metas do atual PNE foram cumpridas.

O professor recorreu ao exemplo da Matemática para demonstrar as dificuldades ainda enfrentadas pela educação básica. De 1999 a 2009, mencionou, a porcentagem de alunos que aprenderam o que era adequado ao final do quinto ano pulou de 14,4% para 32,5%. Entretanto, ao final do ensino médio, o percentual de aprendizagem caiu de 11,9% para 11%. O baixo rendimento na disciplina, alertou, terá impacto no número de engenheiros a serem formados pelo país. Atualmente, comparou, o Brasil forma 30 mil engenheiros por ano, contra 80 mil na Coreia do Sul e 400 mil na China.

O representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, professor Carlos Eduardo Sanches, também defendeu a adoção de metas intermediárias. Uma das emendas que o movimento sugere ao projeto do segundo PNE determina que a oferta de escolas em tempo integral alcance 30% das escolas públicas até o quinto ano de vigência do plano e chegue a 50% no último ano. Para alcançar metas como essa, prosseguiu, os recursos para a educação não deveriam ser 7% do PIB, como quer o governo, mas sim 10%.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 2/6/11
Assunto: Brasil aprova fundo para financiamento educacional		Página: online

Brasil aprova fundo para financiamento educacional

Entrou em vigor no Brasil, em 19 de maio, o Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul (FEM), destinado a financiar programas e projetos do Mercosul que fortaleçam o processo de integração regional. O FEM deve apoiar programas de mobilidade de estudantes e professores entre os países do bloco, por meio da oferta de bolsas de intercâmbio.

O fundo assume o papel de estimular a integração acadêmica entre os sócios. Além dos estados-partes do Mercosul — Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai —, podem participar do FEM os associados Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

O capital do FEM será constituído por contribuições dos países-membros e dos associados, por rendimentos e por repasses extraordinários de terceiros países, de outros organismos e do setor privado. As contribuições iniciais previstas para o fundo estão estimadas em US\$ 1 milhão. Cada estado-parte deve fazer uma contribuição anual antes do encerramento do primeiro semestre de cada ano.

Aprovado pelo Conselho do Mercado Comum (CMC), órgão decisório do Mercosul, o fundo será administrado por um organismo especializado, selecionado na reunião de ministros de educação. Esse conselho de ministros também definirá a distribuição de recursos para os programas.

O FEM foi criado pelo Decreto n.º 7.484, de 18 de maio último.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 2/6/11
Assunto: Comissão de Educação aprova flexão de gênero em diplomas		Página: online

Comissão de Educação aprova flexão de gênero em diplomas

A Comissão de Educação e Cultura aprovou ontem (1.º) o Projeto de Lei 6383/09, do Senado, que obriga as instituições de ensino a empregar a flexão de gênero para nomear profissão ou grau nos diplomas expedidos. Segundo a Agência Câmara, pela proposta, pessoas que já receberam o diploma poderão requerer novo documento com a mudança.

De acordo com a relatora, deputada Eliane Rolim (PT-RJ), embora pelas normas formais da língua portuguesa o gênero gramatical deva coincidir com o sexo da pessoa a que se refere, é praxe entre instituições de ensino utilizar o masculino para denominar profissão ou grau obtido por mulheres.

Na opinião da deputada, mais que desconhecimento das regras gramaticais essa prática revela a resistência do preconceito contra as mulheres na sociedade brasileira. Ela argumenta que, “em nível simbólico, usar apenas substantivos masculinos para designar graus acadêmicos e profissões, é negar às mulheres o direito de ter o mesmo espaço profissional e intelectual que os homens.”

Liane Rolim cita dados do site Mais Mulheres no Poder, segundo os quais a presença feminina não chega a 20% nos cargos de maior nível hierárquico no Parlamento, nos governos municipais e estaduais, nos ministérios e secretarias federais, assim como no Judiciário, em sindicatos e nas reitorias.

Apenas na iniciativa privada, segundo afirma, já se conseguiu alcançar 20% de chefes mulheres. “O que se verifica em nossa sociedade é uma cultura de divisão sexual do trabalho”, sustenta.

Em regime de prioridade, o projeto segue para análise conclusiva da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



CLIPPING

Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Geral	Data: 2/6/11
Assunto: Colombo ouve um “não” do governo federal		Página: online

Colombo ouve um “não” do governo federal

Em audiência, governador pediu recursos para aumento salarial dos professores

BRASÍLIA - Em busca de socorro para encerrar a greve do magistério, o governador Raimundo Colombo ouviu um não ontem do ministro da Educação, Fernando Haddad.

Durante audiência em Brasília, Colombo pediu aporte de recursos para que a categoria tivesse um aumento salarial superior ao piso nacional, estipulado em R\$ 1.187. Haddad, contudo, afirmou que o ministério só pode socorrer os estados que não conseguirem pagar o valor previsto em lei. O governo estadual tem caixa para pagar o piso, porém, enfrenta dificuldades para conceder um reajuste maior para os professores com especialização e mais tempo de profissão.

– Ficou claro que não tem como avançar. Os professores querem a progressão integral da tabela, o que daria R\$ 110 milhões por mês. Isso é impossível – concluiu Colombo.

Presente à reunião, a ministra da Pesca, Ideli Salvati, afirmou que Haddad se comprometeu a pedir à presidente Dilma Rousseff que interceda junto ao Supremo Tribunal Federal para agilizar a publicação do acórdão que detalha os mecanismos do piso nacional do magistério. Professora aposentada, a ministra revelou que se estivesse em sala de aula receberia o piso da categoria, que acabou achatando os salários mais altos.

– Pensaram no piso, mas não se lembraram do teto – comentou Ideli.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Vida	Data: 01/06/11
Assunto: Críticos adotam ‘viés fascista’, diz Haddad		Página: A7

Críticos adotam ‘viés fascista’, diz Haddad

Em audiência no Senado, ministro da Educação reclama que críticas a livro foram feitas sem que ele tenha sido lido

Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

Os críticos do livro *Por uma Vida Melhor* – que defende que a fala popular, dependendo do contexto, é mais adequada na tentativa de estabelecer comunicação – adotam “postura fascista”, disse na manhã de ontem o ministro da Educação, Fernando Haddad.

“Há uma diferença entre o Hitler e o Stalin que precisa ser devidamente registrada. Ambos fuzilavam seus inimigos, mas o Sta-

lin lia os livros antes de fuzilá-los. Ele lia os livros, essa é a grande diferença. Estamos vivendo, portanto, uma pequena involução. Estamos saindo de uma situação stalinista e agora adotando uma postura mais de viés fascista, que é criticar um livro sem lê-lo”, disse Haddad, em audiência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado.

Professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) aprovaram a obra, distribuída pelo Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA) do Ministério da Educação (*mais informações nesta página*).

No primeiro capítulo, *Escrever É Diferente de Falar*, a educa-

dora Heloísa Ramos lembra que, caso deixem de usar a norma culta, os alunos podem sofrer “preconceito linguístico”. “Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tornando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas.” O texto afirma que “a língua é um instrumento de poder”, por isso a norma culta seria chamada dessa forma, “por uma questão de prestígio”.

Em nota enviada pelo MEC, a autora diz que “importante é chamar a atenção para o fato de que a ideia de correto e incorreto no uso da língua deve ser substituída pela ideia de uso da língua adequado e inadequado, dependendo da situação comunicativa”.

Em revista, autora defende a norma culta da língua

● Em sua coluna na edição de maio da revista *Nova Escola* (Editora Abril), Heloísa Ramos, educadora e autora do capítulo *Escrever É Diferente de Falar* do livro *Por uma Vida Melhor*, defende que os professores exibam o domínio da norma culta do português. “É inadmissível um professor escrever errado, independentemente da disciplina que leciona. O professor deve sempre ser um modelo para seus alunos.”

PARA ENTENDER

Livro distingue fala de escrita

Em meados de maio, a notícia de que um livro que “defendia erros de português” foi distribuído pelo Ministério da Educação a 484.195 jovens e adultos que estudam em 4.236 escolas públicas do País gerou discussão.

O capítulo considerado polêmico por leigos, mas aceito por linguistas – ele foi aprovado por professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte –, afirma que “a língua escrita não é o simples registro da fala” e explicita as diferenças no aprendizado de

ambas, já que se aprende a falar de forma espontânea, mas escrever exige ensino formal.

O texto também chama atenção para diferenças regionais e também de classe, fazendo distinção entre “norma culta” e “norma popular”. A autora defende “que o falante de português domine as duas variedades e escolha a que julgar adequada à sua situação de fala”. Ela também cita artistas que registraram a norma popular em suas obras, como o escritor Juó Bananére e o compositor Adoniran Barbosa.

Entretanto, a Defensoria Pública da União no Distrito Federal entrou com uma ação para que a obra seja recolhida.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 01/06/11
Assunto: Educação pode ter 5% do lucro das estatais		Página: Online

Educação pode ter 5% do lucro das estatais

Comissão da Câmara discutirá emenda ao projeto do Plano Nacional de Educação

Nos próximos dias, uma comissão de 27 deputados federais responsáveis pelo projeto do novo Plano Nacional de Educação começará a discutir em Brasília uma emenda que destina 5% do lucro líquido das empresas estatais para investimentos em infraestrutura e transporte escolar.

A proposta contemplaria a instalação de laboratórios de informática e ciências, a melhoria dos transportes escolares e também de bibliotecas, incluindo a compra de livros. Seriam favorecidos Estados e municípios com baixo gasto anual por aluno e indicadores educacionais ruins. O MEC ainda não se posicionou a respeito.

Atualmente existem mais de cem empresas vinculadas à União, que em 2009 lucraram R\$56, 1 bilhões, de acordo com o Ministério do Planejamento. Portanto, se a nova lei valesse hoje, R\$ 3 bilhões seriam automaticamente revertidos para a educação básica.

A proposta foi encaminhada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, entidade que agrupa cerca de 200 movimentos sociais de todo o País.

A ideia é polêmica, pois as estatais já pagam imposto de renda e também recolhem a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Vale lembrar que muitas são de capital misto e contam com acionistas, o que poderia levar a nova contribuição a ser questionada na Justiça.